



Febrero 2020 - ISSN: 1988-7833

MÍDIA E GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE O SÍMBOLO DA GLOBELEZA

Adriana de Oliveira Vasconcellos Dandolini¹

Melissa Salinas Ruiz²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Adriana de Oliveira Vasconcellos Dandolini y Melissa Salinas Ruiz (2020): "Mídia e gênero: uma análise sobre o símbolo da globeleza", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (febrero 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/02/analise-simbolo-globeleza.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2002analise-simbolo-globeleza>

RESUMO: O presente artigo elabora uma análise sobre a influência da mídia na manutenção dos papéis designados à mulher negra brasileira, com ênfase na veiculação da imagem da Globeleza por três décadas na mídia televisiva brasileira. Traz uma breve reflexão histórica sobre estudos sobre gênero, com dados referentes às mulheres negras. Aborda a influência da mídia na manutenção da cultura dominante de padrões estéticos e formação de opinião pública. Analisa o símbolo da Globeleza e seu reflexo no confinamento das mulheres negras a lugares específicos na sociedade. A metodologia será por meio de levantamento bibliográfico sobre feminismo negro e mídias. O objetivo é promover reflexões teóricas acerca da repercussão social e papéis designados das mulheres negras brasileiras a partir da veiculação do símbolo da Globeleza no contexto atual. A natureza da pesquisa foi de abordagem qualitativa e o método utilizado foi o bibliográfico, uma vez que as fontes investigadas foram os livros, revistas, sites eletrônicos e artigos.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Gênero. Feminismo negro. Globeleza.

MEDIA AND GENDER: ANA ANALYSIS ABOUT GLOBELEZA AS A SYMBOL

ABSTRACT: This article analyzes the influence of the media in the maintenance of the roles assigned to Brazilian black women, with emphasis on the placement of the Globeleza image for three decades in the Brazilian television media. It brings a brief historical reflection on studies on gender, with data concerning black women. It addresses the influence of the media in maintaining the dominant culture of an esthetic standards and forming public opinion. It analyzes the symbol of Globeleza and its reflection in the confinement of black women to specific places in society. The methodology will be through a bibliographical survey on black feminism and media. The objective is to promote theoretical reflections about the social repercussion and designated roles of Brazilian black women from the use of the Globeleza symbol in the current context. The nature of the research was qualitative and the method used was the bibliographical one, since the sources investigated were the books, magazines, electronic sites and articles.

¹ Aluna Especial da disciplina de Tópicos Interdisciplinares - abordagens teórico-metodológicas em pesquisas de Mídia, Cultura e Alteridade do Doutorado *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: adv.adriana.vasconcellos@gmail.com

² Aluna Regular do Doutorado *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: m_salinas@hotmail.com

KEYWORDS: Media. Gender. Black feminism. Globeleza.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, o símbolo da Globeleza permaneceu como ícone da festividade do Carnaval, com a exibição de uma mulher negra, nua, pintada com tintas coloridas e purpurina, sambando ao som de uma vinheta clássica da emissora Rede Globo. Ela era veiculada na mídia televisiva durante 30 segundos, durante todo o mês de Fevereiro e por muito tempo foi representada pela atriz Valéria Valenssa. Em 2017, houve uma mudança na referida vinheta, onde a Globeleza passou a se apresentar vestida, trazendo novos elementos que tiram o foco da exploração do corpo feminino, negro e nu para o foco de manifestações culturais nacionais.

O símbolo midiático da Globeleza provocou diversas pesquisas e debates sobre o confinamento da mulher negra a papéis designados a exploração sexual e os reflexos deste símbolo perpetuou, durante anos, uma cultura que se iniciou desde a época do período colonial, com a exploração sexual das escravas pelos senhores de engenho (RIBEIRO, 2018).

Diversas pesquisas mostram o aumento das desigualdades sofridas entre mulheres e homens, tanto nos setores laborais quanto nos setores econômicos, ainda mais agravantes entre mulheres negras e brancas (PINHEIRO et al, 2009). A mídia televisiva, por meio do símbolo da Globeleza, auxiliou na manutenção deste racismo e machismo, conservando durante décadas o confinamento da mulher negra ao espaço da exploração sexual de seus corpos e nudez expositiva.

1 POR QUE FALAR DA MULHER NEGRA BRASILEIRA?

Tendo em vista que o presente artigo se propõe a problematizar a influência da mídia na construção e manutenção dos papéis sociais das mulheres negras no Brasil, com ênfase nas repercussões da veiculação da imagem da Globeleza, faz-se relevante elaborar uma breve retrospectiva histórica dos estudos concernentes a gênero e a relevância da abordagem interseccional em suas análises.

Debates a respeito da condição feminina dentro da sociedade se intensificam a partir da década de oitenta, com o crescente número de ações destinadas a combater um sistema social centrado no gênero masculino. O próprio conceito de “gênero” visou evidenciar a influência social na construção e escolha das performances de homens e mulheres, dessa maneira indo contra a estagnação dos papéis sociais masculinos e femininos (BUTLER, 2003).

Ao reivindicar direitos políticos, trabalhistas, liberdade sexual, entre outras demandas, os movimentos sociais ditos feministas questionaram o domínio masculino na sociedade e denunciaram as desigualdades vivenciadas não apenas por mulheres, mas por todos aqueles que não se enquadravam no padrão “masculino, branco e heterossexual”. Embora décadas tenham transcorrido desde a origem desse movimento e apesar das conquistas em distintos aspectos – a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, crescente presença feminina no mercado de trabalho formal, etc. – a necessidade de falar sobre gênero se mantém.

Por que essa afirmativa? As respostas são múltiplas. No âmbito histórico, por exemplo, Michelle Perrot (2017) expõe o perigo de uma história única, pois narrativas históricas parciais geram o apagamento do feminino, tolhendo multiplicidades e contribuindo à manutenção das estruturas que geraram a dominação. No que se refere à violência, “com sua taxa de 4,8% homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, ocupa uma pouco recomendável 5ª posição” (WAISELFISZ, 2015, p. 27)

Sobre a importância dos estudos de gênero, a pesquisa “Estatísticas de gênero” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma:

Em todas as sociedades existem diferenças entre o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher e o que é esperado, permitido e valorizado em um homem. Estas diferenças têm um impacto específico sobre mulheres e homens em todas as fases da vida, e podem determinar, por exemplo, diferenças na saúde, educação, trabalho, vida familiar e no bem-estar geral de cada um (BRASIL, 2018, p. 2)

Em entrevista, a ex-ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, reforça a complexidade da opressão de gênero, afirmando:

Em nossa sociedade, por intermédio da perpetuação do machismo, são muitos os estigmas em relação à mulher, seja de objeto sexual ou de subserviência. Tais estigmas interferem, na construção da identidade, nos direitos reprodutivos, na sexualidade, na anticoncepção, na maternidade, na posição que ocupa na família, união ou casamento. São acentuados pelo preconceito, seja da região de onde vem essa mulher, seja pela cor de sua pele, seja pela sua idade. Portanto, a questão racial e étnica está profundamente inter cruzada com a questão de gênero, seja pela violência da opressão de gênero, seja pelas especificidades que envolvem a vida e as lutas das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras rurais e das migrantes (BENTO, 2004, p. 36).

Por meio de sua fala Matilde Ribeiro chama a atenção para as problemáticas enfrentadas pelas mulheres na sociedade brasileira contemporânea, nisto destacando as peculiaridades dos embates das mulheres negras. Os dados presentes no Mapa da Violência de 2015 ratificam os apontamentos de Ribeiro, conforme se expõe:

As taxas de homicídio de brancas caem na década analisada (2003 a 2013): de 3,6 para 3,2 por 100 mil, queda de 11,9 %; enquanto as taxas entre as mulheres e meninas negras crescem de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%. Com isso, a vitimização de negras, que era de 22,9% em 2003, cresce para 66,7% em 2013. Isto significa que:

– Em 2013 morrem assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas.

– Houve, nessa década, um aumento de 190,9% na vitimização de negras.

– Alguns estados chegam a limites absurdos de vitimização de mulheres negras, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, em que os índices passam de 300%. (WAISELFISZ, 2015, p. 73).

Também no âmbito laboral a mulher negra encontra-se em situação mais vulnerável do que a mulher branca. Segundo Bento (2004) as trabalhadoras negras recebem 40% menos do que as trabalhadoras brancas ao desempenhar a mesma função e a mesma atividade. Em adição, o fato de 71% de mulheres negras estarem em empregos menos valorizados, contra 54% de mulheres brancas, demonstra que é necessário discutir gênero de maneira interseccional, ou seja, levando em conta aspectos como classe social e raça, pois estes influenciam diretamente as vivências das mulheres na sociedade.

Referir-se a “raça” é um dos entraves iniciais às abordagens que busquem identificar e problematizar as atitudes e estruturas que geram o racismo no Brasil. O mito das três raças, apontado por Von Martius (1981) estabelece que, no Brasil, a população não poderia ser enquadrada em raças devido ao alto índice de hibridização, dito “mestiçagem”. Indo além, avanços nos estudos genéticos contemporâneos instituem a falência do conceito de raça, pois não existiriam seres humanos de traços genéticos exclusivamente condizentes a qualquer raça.

Tais afirmações, mais do que contribuir para a equidade social e a ruptura do preconceito, caracterizam o tipo de preconceito praticado no Brasil, o qual é severamente criticado por estudiosos como Roberto DaMatta e Kabengele Munanga. Em “Notas sobre o racismo à brasileira”, DaMatta (1997) expõe que a crença de que não existe racismo no Brasil ampara-se no fato de nunca terem existido leis de exclusão racial, tal qual ocorreu nos EUA ou na África do Sul. A ausência de práticas institucionalizadas de exclusão, dessa maneira, ocultaria o racismo presente no cotidiano, de combate complexo devido à sua sutileza.

Ao ser falar sobre o racismo, Kabengele Munanga (2006) define a existência do conceito de “raça”, não numa acepção biológica, mas social e cultural. As atitudes racistas presentes, sobretudo, no Ocidente, seriam heranças dos estudos raciais que, mais do que analisar as características físicas das raças, pretendiam desvendar seus aspectos sociais e morais, consequentemente estabelecendo hierarquias raciais. Para Munanga (2006), o repúdio ao conceito de raça e às hierarquizações raciais ocorre sobretudo na academia, não condizendo com as práticas cotidianas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, quando se faz menção a “raça” busca-se trabalhar com um conceito que se transformou, perdendo seu significado originário, mas ainda capaz de produzir sentidos, sobretudo quando trabalhado a fim de problematizar práticas racistas em nossa sociedade. Se substitui o debate biológico pelo político e ideológico.

Referindo-se, em especial, à mulher negra, os dados previamente expostos reforçam a existência de discriminação nas relações sociais brasileiras. Se mulheres brancas estão sujeitas à violência e a precarização de seu trabalho, mulheres negras são ainda mais vulneráveis. A distinção entre as vivências de brancas e negras se faz evidente ao examinar os dados presentes nas “Estatísticas de Gênero”, do IBGE. A respeito da conclusão do ensino superior no ano de 2018, por exemplo, se observa que o progresso demonstrado no fato de mais mulheres concluírem cursos de graduação – 21,5% mulheres contra 15,6% homens – não se estende às mulheres negras ou pardas, pois apenas 10,4% destas finalizam o ensino superior.

Nesse sentido, Luana Pinheiro et al (2009) destacam na obra “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” que grande parcela que compõe o cenário do trabalho doméstico atual é formada por

mulheres negras:

Assim como outros dados, as informações sobre posição na ocupação revelam a situação de grande precariedade vivenciada pelas mulheres negras. Por um lado, elas apresentam as mais altas proporções no trabalho doméstico (21,4%) e na posição de produção para próprio consumo e trabalho não remunerado (15,4%); e, por outro, as menores proporções de trabalho com carteira assinada (23,3%) e de empregador (1,2%), ocupando, assim, como confirmam os dados de renda, a pior posição na escala social. (PINHEIRO et al, 2009, p. 25).

Após a análise de dados concernentes a desigualdades em aspectos educacionais, laborais, de participação política e saúde, os comentários finais presentes nas “Estatísticas de Gênero” concluem:

De uma forma geral, o caminho a ser percorrido em direção à igualdade de gênero, ou seja, em um cenário onde homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todas as dimensões aqui analisadas, ainda é longo para as mulheres e ainda mais tortuoso se esta for preta ou parda e residir fora dos centros urbanos das Regiões Sul e Sudeste (BRASIL, 2018, p. 12).

Os resultados expostos pelo IBGE indicam que, para a sociedade, a mulher negra não pertence aos espaços sociais tidos como de prestígio, deixando evidente a existência de racismo no território nacional. O número reduzido de mulheres negras na política, sua elevada presença na informalidade laboral e no trabalho doméstico são as consequências de aludida exclusão, gerando a necessidade de discussão a respeito de quais mecanismos sociais contribuem à segregação dessas mulheres.

No que tange à legislação brasileira, observa-se a tentativa de promover a equidade, tanto racial quanto de gênero. A lei que criminaliza o racismo (7716 de 1989), a lei do feminicídio (13104 de 2015) e a Lei Maria da Penha (11340 de 2006) atuam na esfera criminal, atribuindo especial gravidade a delitos cometidos em função da raça ou gênero. Em adição, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vários artigos proporcionam condições diferenciadas de trabalho às mulheres, além de vedar o preconceito de gênero em qualquer das etapas de contratação.

A incongruência entre a norma jurídica e a realidade social, porém, demonstra a necessidade de recorrer a outros tipos de análise e estratégias a fim de efetivamente transformar a realidade social. Dessa maneira, a análise da mídia televisiva, a fim de problematizar as maneiras em que influencia na construção de estereótipos da negritude feminina, considera-se relevante, pois evoca a um universo simbólico e cultural que perpassa as distintas esferas sociais e que se relaciona diretamente à maneira em que brasileiros e brasileiras produzem, veiculam e interpretam sentidos.

No mais, optar por dar ênfase à figura da Globeleza justifica-se na sua forte presença no imaginário social, em sua associação a um dos eventos culturais de maior repercussão no Brasil – a festa de Carnaval – e na periodicidade da veiculação de sua imagem durante um considerável lapso temporal (desde a década de 1990).

2 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS PADRÕES ESTÉTICOS

Thompson (1998) afirma que a mídia envolve os indivíduos num processo de formação pessoal e de autocompreensão, uma vez que as mensagens recebidas por meio dela incorporam-se na rotina do indivíduo, auxiliando na percepção de si mesmo, interferindo diretamente na sua subjetividade:

Na recepção e apropriação das mensagens da mídia, os indivíduos são envolvidos num processo de formação pessoal e de autocompreensão – embora em formas nem sempre explícitas e reconhecidas como tais. Apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde ele está situado no tempo e no espaço. Nós estamos constantemente modelando e remodelando nossas habilidades e nosso cabedal de conhecimento, testando nossos sentimentos e gostos e expandindo horizontes de nossa experiência. Nós estamos ativamente nos modificando por meio de mensagens de conteúdo significativo oferecidos pelos produtos de mídia (entre outras coisas). Este processo de transformação pessoal não é um acontecimento súbito e singular. Ele acontece lentamente, imperceptivelmente, dia após dia, ano após ano. É um processo no qual algumas se tornam fundamento de ação e de reflexão, tópico de conversação entre amigos, enquanto outras deslizam pelo dreno da memória e se perdem no fluxo e refluxo de imagens e ideias. (THOMPSON, 1995, pp. 45/46).

Desse modo, percebe-se que os meios de comunicação possuem um protagonismo ímpar na contribuição da formação da opinião pública e podem reforçar estereótipos e preconceitos no meio social.

Kellner (2001) ressalta que os valores disseminados pela mídia devem sempre ser interpretados criticamente, havendo necessidade de uma pedagogia crítica da mídia, uma vez que induz as pessoas a copiar modelos de comportamentos e de expressões naturalizados entre os indivíduos, que legitimam a cultura dominante e limitam a capacidade intelectual:

Quando as pessoas aprendem a perceber o modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe, raça, sexo, sexualidade, etc, capazes de influenciar pensamentos e comportamentos, são capazes de manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e assim adquirir poder sobre a cultura em que vivem. Tal aquisição de poder pode ajudar a promover um questionamento mais geral da organização da sociedade e ajudar a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutem pela transformação social. (KELLNER, 2001, p. 83)

No que se refere ao gênero feminino, Rachel Moreno (2015) destaca que os padrões estéticos impostos pela mídia podem ter impacto tão relevante na sociedade que se traduzem em verdadeira violência simbólica contra as mulheres:

Assim, a imposição de um padrão estético autoritário – porque estreito e distante da nossa realidade – tem provocado um rebaixamento da autoestima das mulheres e multiplicado o recorrer a produtos (que hoje faz de nossa indústria de cosméticos a segunda colocada no mundo) e de procedimentos cirúrgicos (hoje alcançando também as adolescentes, cuja incidência de cirurgias plásticas por motivos meramente estéticos triplicou no ano passado). Além disso, ao reproduzir os estereótipos e preconceitos contra as mulheres, a mídia incorre na violência simbólica que, mais uma vez, naturaliza e consequentemente multiplica a violência, a subordinação e os preconceitos contra as mulheres. (MORENO, 2015, p. 05).

Sobre o padrão de beleza da mulher brasileira, Mirian Goldenberg (2011) ressalta que a imagens das supermodelos (veiculados por meio da mídia) teve impacto tão significativo que influenciou diretamente no desencadeamento de transtornos alimentares sofridos por muitas mulheres no decorrer dos últimos anos:

O padrão de beleza desejado pelas mulheres brasileiras tem sido construído por meio de imagens das supermodelos, que se consagraram a partir dos anos 1980 e conquistaram status de celebridade nos 1990. Doenças como anorexia e bulimia se tornaram quase uma epidemia nos últimos anos, em uma geração que cresceu tentando imitar o corpo de Cindy Crawford, Linda Evangelista, Claudia Schiffer e, mais recentemente, da brasileira Gisele Bündchen. (GOLDENBERG, 2011, pp. 50/51)

Além dessas imagens veiculadas pela mídia que influenciam diretamente o comportamento das mulheres brasileiras, Goldenberg (2011) também alerta para o uso da Internet nestes casos, onde são compartilhados “métodos” para propagar e manter estes tipos de transtornos alimentares:

Adolescentes estão usando a internet para ensinar outras jovens a serem anoréxicas e bulímicas, pregando a inapetência e a autopunição sempre que comerem. As páginas são assustadoras, utilizando fotografias de meninas esqueléticas apontadas como modelos de beleza, dicas para enganar os pais e amigos para fingir que estão alimentadas e formas de se punir caso comam algo que engorda. Os sites divulgam os seguintes mandamentos: “Você não deve comer sem se sentir culpada”, “Você não deve comer algo que engorda sem se punir depois”, “Ser magra é mais importante do que ser saudável”, “Você nunca está magra”, “Ser magra é a coisa mais importante que existe”. Outras dicas são: “Não engula! Morda, mastigue e jogue fora!”, “Durma pouco. Dessa forma você queima mais calorias”, “Limpe banheiros ou ambientes bem sujos. Você perde a fome”, “Diga que você vai comer no quarto e jogue a comida fora”, “Em casa, diga que vai comer com os amigos. Aos amigos você diz que já comeu em casa”. (GOLDENBERG, 2011, pp. 52/53)

Entretanto, também existe outra linha de discussão que trata da influência da mídia nas escolhas femininas por uma perspectiva diversa, propondo que a mulher é protagonista das próprias escolhas, característica esta inerente à mulher pós-feminista, que possui discernimento suficiente para decidir colocar em prática (ou não) aquilo que é sugerido pelos anúncios midiáticos. Neste sentido, Alves (2014), pondera:

Analisar a produção corporal feminina restrita ao narcisismo ou ao consumidor passivo, sem considerar a capacidade de resistência, de escolha, de liberdade e de sedução feminina, é uma visão redutora (LIPOVETSKY, 2000a). Os anúncios midiáticos não têm sido capazes de convencer essas pós-mulheres abrirem mão de suas liberdades de escolha. O que essas narrativas estão nos explicando é que, enquanto o culto ao corpo se torna uma espiral de coerção estética, as pós-mulheres rejeitam em massa (e, conseqüentemente, dizem não a) o papel do corpo feminino como mero objeto decorativo. (ALVES, 2014, p. 126)

Não obstante as teorias aqui abordadas sobre a mídia e a influência no comportamento moderno, principalmente em relação ao gênero feminino, é necessário que os meios de comunicação promovam a disseminação de ideias, valores e representações positivas sobre a igualdade de gênero, minimizando possíveis interpretações equivocadas que se possa ter sobre esta questão.

Ao tratar da democratização da comunicação, Moreno (2015) discorre sobre a mudança de comportamento da mídia quando a sociedade se reposiciona, dentro da lógica para estimular o consumo:

Sempre que um fabricante anuncia consistentemente o seu produto, o programa ou emissora assim patrocinados, abrem-se para matérias e personagens compatíveis com o que anunciam. Exemplo disso foi o crescimento de personagens negras nas novelas, depois que a indústria, reposicionando-se em termos da classe social a ser atingida, incorporou modelos negros/as em sua publicidade. É o que parece estar acontecendo com a abertura de espaço para casais homossexuais, tanto na programação, quanto nos anúncios deste ano.

Com isso, a nossa mídia monopolizada/oligopolizada reduz as suas funções a dois grandes objetivos, absolutamente compatíveis com a análise de Anne Marie Gingras, e que consistem em criar uma posição com relação ao governo do país onde se inserem, e criar consumidores para os seus anunciantes.

A programação complementa seus objetivos, destilando modelos-padrão de beleza e de valores que convêm à ideologia dominante. E, isto, desde a mais tenra infância, como mostram os jogos e brinquedos das crianças, adequadas para cada sexo, com as modernizações cabíveis. (MORENO, 2015, pp. 03/04)

Não obstante esta perpetuação de “modelos-padrão” impactante sobre o gênero feminino percebe-se, também, que as mídias promovem a legitimação de masculinidades hiperviolentas, como modelos viáveis, auxiliando na manutenção de um padrão masculino agressivo, insensível e incapaz de expor fragilidades. O corpo masculino também aparece como uma ideologia dominante de ser necessariamente musculoso, viril, forte e potente. Ao estudar o corpo como capital, Mirian Goldenberg (2011) ressalta:

Por outro lado, dentro da mesma lógica de dominação masculina, os homens são obrigados a serem fortes, potentes e viris. Inúmeros rapazes já morreram no Brasil por consumirem anabolizantes para animais. Um trabalho interessante sobre a obsessão masculina em responder a um ideal de ser homem, ancorado em um corpo musculoso, na *performance* sexual e no tamanho do pênis é *O complexo de Adônis*. (...). O estudo destaca, inclusive, que estes homens, meninos e adolescentes, sofrem silenciosamente, em segredo. Eles não conversam sobre seus problemas,

uma vez que, em nossa sociedade, os “homens de verdade” não devem demonstrar preocupação com a aparência, pois podem ser considerados afeminados ou acusados de serem homossexuais. (GOLDENBERG, 2011, p. 53)

Já no que se refere à influência da mídia brasileira por meio televisivo em relação ao “modelo-padrão” da mulher negra, Silva e Rosenberg (2008) destacam a representação estereotipada manifestada principalmente na associação da mulher negra na ocupação de funções socialmente desvalorizadas e na exploração dos estereótipos de “mulata” (cujo termo pejorativo será melhor explicado a seguir) e “sambista”, atributos este ligados diretamente ao símbolo da Globeleza.

3 A FETICHIZAÇÃO DA MULHER NEGRA E A GLOBELEZA

De acordo a Thompson (1998) não é possível pensar a construção moderna da sociedade dissociando-a das mídias. Estas produzem e veiculam sentidos, podem induzir à crença ou à descrença, o qual torna seu estudo particularmente relevante na compreensão dos simbolismos que permeiam as relações entre indivíduos.

A mídia televisiva, foco deste trabalho, é classificada por Thompson (1998) como de interação quase mediada, pois não permite que emissor e receptor interajam. Ademais, a televisão não necessita que seja compartilhado o espaço e tempo com o telespectador, o qual é relevante para compreender que “ao promover esse distanciamento, os meios de comunicação conseguem ter acesso, ou melhor, conseguem interagir com indivíduos a distâncias inimagináveis e, assim, ter poder de influência muito além daquele exercido pela interação face a face ou mediada” (MONTEZELO, 2013, p. 55).

Em razão do exposto, se afigere a importância de problematizar as imagens e representações veiculadas pelos meios televisivos, pois estas têm alcance ilimitado, seja no âmbito espacial ou temporal. Mesmo que a mídia televisiva não seja a única a contribuir na formação da identidade do indivíduo contemporâneo (Montezelo, 2013), não é possível ignorar a multiplicidade de imagens que ela transmite e a influência disto na construção do sujeito. E, sendo o preconceito de gênero e racial uma alarmante realidade no Brasil, torna-se especialmente relevante a preocupação com a disseminação da imagem de mulheres negras de maneiras estereotipadas e reducionistas.

Em estudo sobre as representações de mulheres negras na televisão e cinema brasileiros, Silva (2016) inicia percorrendo sobre suas próprias lembranças e percepções, evocando imagens de negras que tenham se feito presente em sua infância e adolescência. Destaca-se sua menção às “paquitas”:

Como espectadora e fã dos programas da Xuxa, eu também me lembrava da Adriana Bombom. Justamente esse codinome, entretanto, além do figurino e da postura mais sensualizada, demarcava seu lugar como dançarina de axé music e não como integrante do grupo das paquitas (composto predominantemente por meninas brancas e/ou loiras) (SILVA, 2016, p. 13)

Através de suas lembranças, a pesquisadora conduz à percepção de como a “sensualidade” de Adriana Bombom se faz presente, a despeito do direcionamento infantil do programa. Em adição, ela é “dançarina de axé music”, ou seja, não possui a identidade de “paqueta”, conseqüentemente desprovida do protagonismo que estas possuíam.

Essa sexualidade, frisada por Silva, vai de encontro à dicotomia de representações da mulher negra, conforme exposto por diversas estudiosas do movimento negro. Segundo autoras como Gillian e Gillian (1995) e Sueli Carneiro (2001), a negritude feminina é constantemente reduzida aos estereótipos da “Mãe preta” e da “mulata sensual”. A primeira incorpora a servidão, submissão, a naturalização do corpo negro para os trabalhos servis – representação que pode ser encontrada em diversas telenovelas, atualmente presente na personagem Zefa, de “Segundo Sol” – enquanto a segunda é a corporificação do desejo e pulsão sexual. Conforme Gillian e Gillian:

O mito da mulata também estipula que são sempre as mulatas que tentam homens perfeitamente puros sob condições normais. Porém quando raça gênero e classe cruzam com as estruturas históricas de dominação a representação sustentada objetificada e sexual das mulheres contribui ao controle sócio política duma nação e seu povo como um todo. Como muitos brasileiros têm descoberto o marketing do Brasil como o paraíso de carnaval perpétuo e a projeção concomitante da mulata como o centro de tal imagem engolfa o Brasil em maneiras ainda por desconstruir. (Gillian e Gillian, 1995, p. 529-530)

As autoras relacionam as formas pelas quais a festa de Carnaval é utilizada para reforçar uma identidade nacional múltipla – novamente se vislumbra o “culto” à mestiçagem – com a disseminação do mito da mulata, a nível nacional e internacional. Levando em consideração que o Grupo Globo é o maior conglomerado de comunicação do Brasil e um dos maiores a nível mundial, se pode afirmar que as representações difundidas por este terão especial impacto nos receptores.

“Criação” do diretor de arte Hans Donner, a Globeleza é fruto do mito da mulata. Tendo surgido na década de 1990, ela incorpora preconceitos e estereótipos anteriores a essa época, porém não pode ser ignorada em seu potencial de difundir uma imagem da negritude feminina que acaba tornando-se hegemônica.

Ao discorrer sobre os significados vinculados à Globeleza, Djamila Ribeiro (2018) vai além e questiona a própria origem do termo “mulata”. O racismo, afirma ela, se inicia com essa palavra, derivada do espanhol “mula”, usada para designar o cruzamento de um animal nobre com um inferior. Falar em mulata, dessa maneira, seria reproduzir a alusão da mistura do “puro” com o “impuro”, se tratando de um termo pejorativo, de cunho racista e machista, pois está sendo empregado desde o período colonial brasileiro para designar negras de pele mais clara, frutos da violência e abuso sexual sofridos pelas escravas.

A Globeleza é uma mulher negra, curvilínea e que dançava nua, coberta apenas por adornos pintados em seu corpo. No período de Carnaval sua imagem é uma constante na programação da emissora Rede Globo, transmitida em todos os horários, a despeito de tratar-se de uma nudez. Nisto já pode perceber-se a distinção entre o corpo negro e branco. A nudez da mulher branca seria tratada com a mesma naturalidade? A negativa é uma resposta possível e plausível, pois, embora também

seja sexualizada e objetificada, a mulher de cor branca se faz presente no imaginário social de forma mais múltipla. Devido às crescentes discussões e reivindicações sobre gênero, a mulher passa a se fazer presente em papéis sociais de status. No entanto, raramente a mulher negra.

Neste sentido, Djamila Ribeiro (2018) observa que a nudez da Globeleza em si não é o problema mas o que representa essa nudez da mulher negra em si e o seu confinamento a um lugar específico:

É necessário entender o porquê de se criticar lugares como o da Globeleza. Não é pela nudez em si, tampouco por quem desempenha esse papel. É por conta do confinamento das mulheres negras a lugares específicos. Não temos problema algum com a sensualidade, o problema é somente nos confinar a esse lugar, negando nossa humanidade, multiplicidade e complexidade. Quando reduzimos seres humanos a determinados papéis, retiramos sua humanidade e os transformamos em objetos. (RIBEIRO, 2018, p. 143)

Sobre os reflexos da construção histórica brasileira na escolha da Globeleza, afirma Ribeiro:

A mulher negra exposta como Globeleza segue, inclusive, um padrão de seleção estética próxima ao feito pelos senhores de engenho ao escolher as mulheres escravizadas que queriam perto de si. As escravas consideradas “bonitas” eram escolhidas para trabalhar na casa-grande. Da mesma forma, eram selecionadas as futuras vítimas de assédio, intimidação e estupro. Mulheres negras submetidas ao jugo “dos donos”. Era comum que as escravas de pele mais clara, com traços mais próximos do que a branquitude propaga como belo, assumissem esses postos de serviço. Os corpos dessas mulheres não eram vistos como propriedade delas, serviam apenas para ser explorados em trabalhos servis exaustivos além de servir como depósito constante de abuso sexual, humilhação, vexação e violência emocional. (RIBEIRO, 2018, p. 141)

A maneira em que é escolhida a mulher que se tornará a Globeleza também é problematizada por Silva:

(...) em 2014, a modelo Nayara Justino foi eleita pelo voto popular no programa Fantástico, porém diante dos comentários racistas e da rejeição do público por causa de seu fenótipo negro mais acentuado, a Rede Globo preferiu dar destaque ao sambista Arlindo Cruz e, em 2015, escolheu uma “mulata” mais clara, uma morena para o cargo de musa do carnaval Globeleza daquele ano (SILVA, 2016, p.133)

Em decorrência, torna-se evidente que a figura da Globeleza não busca enaltecer a negritude feminina, mas reforçar um mito cunhado e reforçado ao longo da história brasileira. A rejeição de Nayara Ribeiro no ano de 2014 revela a existência do padrão negro “aceitável” como sendo o que mais se distancia das características do fenótipo negro. O mesmo se observa na imagem de Aline Prado, a Globeleza do período de 2006 até 2013. De cabelos lisos e utilizando um corte de cabelo denominado “Chanel”, ela está de acordo às expectativas da sociedade que segrega o negro que ostenta orgulhosamente seus traços faciais e culturais.

O ano de 2017, no entanto, apresentou um relevante avanço na desconstrução do mito da mulata. Vestir a Globeleza pode parecer irrelevante, mas se reveste de simbolismo e auxilia a deslocar o foco da sexualidade para a celebração da cultura afro-brasileira por meio da dança e música. A emissora não divulgou nada em específico em relação à referida mudança.

Discutir as repercussões que a imagem da Globeleza não pretende negar à mulher negra o direito a sua sensualidade, ou impedi-la de vivenciar sua sexualidade da maneira que preferir. Falar do “mito da mulata” não visa à condenação de qualquer prática sexual, mas condenar a sexualidade forçosa, impositiva, a que muitas negras são submetidas. A construção de uma sociedade mais justa, livre de preconceito e discriminação requer a desconstrução das representações que aprisionam mulheres a uma identidade. Nesse sentido, a Globeleza torna-se uma violência quando, através dela, se auxilia a negar as múltiplas identidades que são possíveis às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs, como objetivo geral, analisar e provocar reflexões sobre o papel da mídia na formação das subjetividades humanas, mais especificamente sobre o símbolo da Globeleza que se tratou, ao longo de três décadas, do papel designado da mulher negra brasileira.

Esta reflexão foi devidamente necessária para a compreensão das desigualdades ainda existentes no que se refere às mulheres negras brasileiras, merecendo um destaque ainda mais minucioso do que a questão do próprio gênero em si: as mulheres negras sofrem maiores opressões do que as mulheres brancas e isto é um fato que deve ser considerado cotidianamente.

Como se demonstrou por meio das bibliografias selecionadas para tanto, denota-se que, mesmo após as mudanças recentes na referida vinheta, com a alteração de foco do corpo negro, nu e feminino para o foco da festividade carnavalesca, ainda surtem efeitos provocados por esta dominação no aspecto da sexualidade das “mulatas” – cujo termo é pejorativo e racista - que ainda vão ecoar durante anos nas futuras gerações.

Ampliou-se, assim, o conhecimento sobre a luta feminista das mulheres negras, o que permite compreender o quão é importante a manutenção destes tipos de movimentos sociais para viabilizar a equidade entre gêneros, desconstruindo padrões estabelecidos. Além disso, também é necessário admitir que esta desvantagem existiu e ainda persiste em relação ao gênero, ainda mais agravante quando aliado ao racismo.

Portanto, o presente estudo estimulou a reflexão sobre a influência da Globeleza na formação da imagem vinculada à mulher negra brasileira, sendo necessárias desconstruções de comportamentos e estereótipos para a minimização destas disparidades para que, enfim, todas as mulheres negras brasileiras possam escolher os lugares que querem ocupar no espaço social, acabando de uma vez com a ideia grotesca da exploração sexual de seus corpos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fábio Lopes. **Pós-mulher: corpo, gênero e sedução**. Curitiba, Editora Champagnat, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida Silva, **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: A mulher no mercado de trabalho. Observatório Social Revista EM Ano 2, n. 5, março 2004.
- BRASIL. IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101551>> Acesso em 10 de ago de 2018.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: **Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira**. São Paulo: 2001.
- DAMATTA, Roberto. **Notas sobre o racismo à brasileira**. In Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos. Jessé Souza (org.), et alii. Brasília: Paralelo, 1997.
- GOLDENBERG, Mirian. **Afinal, o que quer a mulher brasileira?** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652011000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 08 set 2017.
- GILLIAN, Angela e GILLIAN, Onik'a. **Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil**. Revista Estudos Feministas. v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, jul./dez. 1995.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno eo pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.
- MONTEZELO, Giovana Gabriela. **Identidade de Gênero e Sexualidade: uma análise das revistas Nova e Playboy**. Uberlândia: UFU, 2013.
- MORENO, Rachel. **Mulheres pela democratização da comunicação**. Disponível em: <http://soscorpo.org/wpcontent/uploads/DemocratizacaodaComunica%C3%A7%C3%A3o_e_DireitosdasMulheres_RachelMoreno_SOSCorpo_CadernosdeCriticaFeministaAnoIXN8_2015.pdf> Acesso em: 11 set 2018.
- MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. São Paulo: Revista USP, 2006
- PINHEIRO, Luana. et al. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. Brasília: UNIFEM, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3223/1/Livro_RetratoDesigual.pdf> Acesso em 10 set 2018.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- SILVA, Conceição de Maria Ferreira. **Mulheres negras e (in)visibilidade: imaginários sobre a intersecção de raça e gênero no cinema brasileiro (1999-2009)**. Brasília: UNB, 2016.
- SILVA, Paulo Vinicius Baptista.; ROSEMBERG, Fúlvia. **Brasil: lugares de negros e brancos na mídia**. In: VAN DIJK, T. A. Racismo e Discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008. p. 74-117.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- VON MARTIUS, Karl. **Viagem pelo Brasil (1817 – 1821)**. Itatiaia/SP: USP, 1981.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>